

AUSTIN RATING/AGOSTINI: SEM APOIO PARA REFORMAS, GOVERNO CONTINUARÁ A ADMINISTRAR DÉFICITS

São Paulo, 30/10/2017 - AE NEWS - O déficit fiscal de R\$ 21,250 bilhões registrado em setembro pelo setor público consolidado é apenas a ponta do iceberg que flutua na direção do governo com colisão prevista para 2018, segundo avaliação do **economista-chefe da Austin Rating, Alex Agostini**. Para ele, sem apoio para aprovar a reforma da Previdência, o que restará ao governo é continuar a administrar déficits.

O déficit de setembro divulgado hoje é a soma das contas governo central (Banco Central, Tesouro Nacional e Previdência) mais os dados das contas dos Estados, municípios e estatais federais, exceto Petrobras e Eletrobrás. Na sexta-feira passada o Tesouro já havia divulgado o déficit do Governo Central, de R\$ 22,725 bilhões. "O governo continua registrando déficits e vai continuar a registrá-los. Não vejo outro jeito porque é um governo sem apoio para aprovar a reforma da Previdência", disse Agostini.

Quando foi divulgada a arrecadação de setembro, de R\$ 105,595 bilhões, no último dia 19, Agostini havia alertado em entrevista ao **Broadcast** para o risco de o governo ler o resultado como um alívio para as contas públicas e, com isso, diminuir a pressão para que a proposta da reforma da Previdência fosse aprovada.

"E foi o que aconteceu", disse o chefe do Departamento Econômico da Austin Rating, para quem a reforma não sairá mais neste ano e corre sérios riscos de não ser aprovada em 2018, sendo deixada para o próximo governo. "Em novembro temos dois feriados, depois entra dezembro e o carnaval já começa lá pelo dia 22 de dezembro, nem espera o Natal passar. E 2018 é ano de eleição", observou o economista.

No horizonte de 2018, de acordo com Agostini, a reforma da Previdência só passaria se houvesse uma queda muito forte do desemprego. Segundo ele, em ano de eleição, a pressão dos sindicatos e das entidades de classe de modo geral será muito grande. "E com o desemprego ainda elevado, a população estará mais sensível aos discursos das entidades de classe por mais falaciosas que elas poderão ser", disse, acrescentando que medidas que, a priori, mexem no bolso da população são mais fáceis de passar se todo mundo está empregado.

Ocorre, de acordo com ele, que o crescimento em curso da economia é insuficiente para reverter a trajetória de déficit nas contas públicas. Agostini diz ver certo otimismo com o fato de o governo ter conseguido número suficiente de deputados para barrar a continuidade das investigações das denúncias oferecidas contra o presidente Michel Temer pela Procuradoria Geral da República (PGR). De acordo com ele, algumas pessoas no mercado passaram a associar a vitória de Temer a uma certa facilidade para o governo aprovar a reforma da Previdência.

"Não vejo assim. O impacto da vitória do presidente na Câmara é político. O impacto da reforma da Previdência é público, afeta o bolso das pessoas. Essa reforma vai acabar ficando para o próximo governo", disse Agostini. O agravante de tudo isso, segundo o economista, é que sem a reforma e sem o investment grade, o governo brasileiro continuará a pagar juros internacionais altos.

Na avaliação de Agostini, o que o governo deverá fazer no ano que vem é usar os recursos que entrarão por meio das privatizações e concessões para um discurso que se propõe a justificar a falta da reforma previdenciária. "Quem vai fazer o jogo sujo será a economia", previu o economista, lembrando o ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha, que já sinalizou que a reforma terá que ser formalizada por uma Medida Provisória, "o que vai levar à manutenção dos privilégios de categorias como a do judiciário", por exemplo.

Com isso, segundo Agostini, a velocidade de crescimento do custeio continuará maior que a velocidade do crescimento da arrecadação. "O que vamos ver é o governo comemorando o cumprimento da meta fiscal, mas que não deixa de ser um rombo de R\$ 159 bilhões neste ano e no próximo. Por isso que digo que o governo vai continuar na administração de déficits fiscais", concluiu. (Francisco Carlos de Assis - francisco.assis@estadao.com)